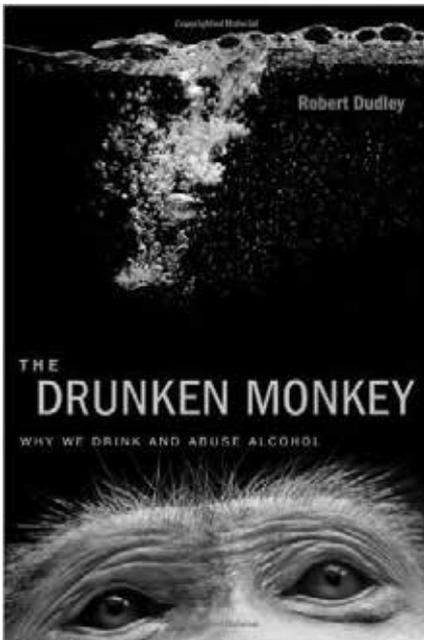


RESENH DE LIV

RESENHAS
DE LIVROS



THE DRUNKEN MONKEY: WHY WE DRINK AND ABUSE ALCOHOL, de Robert Dudley. Berkeley: University of California Press, 2014. 154 p.

Láercio Fidelis Dias

Vice-Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de São Paulo, Marília/SP.

Uma resposta simples à pergunta de por que apreciamos bebidas alcoólicas, ou, de por que grande número de pessoas gosta de consumir regularmente álcool, poderia ser jocosa e ironicamente dada da seguinte maneira: bebemos porque gostamos. O álcool é substância especial porque ao mesmo tempo em que atua como alimento, pois oferece calorias ao organismo,

também é um psicoativo. Além disso, a ampla variedade de contextos socio-culturais e associações simbólicas a ele vinculadas, o torna um estudo especial para análises bioculturais: uma única substância; uma única espécie; e uma plêiade de comportamentos diferentes que decorrem de seu consumo.

Devido a essa característica peculiar das bebidas que contêm álcool etílico, duas grandes linhas de estudos se constituem: 1) estudos da variabilidade sociocultural do consumo de álcool; 2) estudos dos condicionantes biológicos que tornam as bebidas apreciadas.

Robert Dudley, professor de biologia na Universidade da Califórnia, em Berkeley, é autor de *The Drunken Monkey: why we drink and abuse alcohol* (O Macaco Bêbado: por que bebemos e abusamos do álcool). Dudley não se satisfaz com a resposta simplista, jocosa e irônica de que bebemos por que gostamos. Embora reconheça a obviedade ululante de que bebemos porque é prazeroso, a pergunta-chave que pretende responder em seu livro é se existem raízes evolutivas mais profundas que explicariam o fato de nossos cérebros humanos responderem tão bem aos estímulos etílicos. Neste sentido, seu trabalho se insere na segunda linha de estudos acerca do álcool, referida acima, ou seja: sobre os condicionantes bioevolutivos que tornam o consumo das bebidas atraente.

Ele também se pergunta se há, na natureza, outros animais que, expostos ao álcool, o apreciam. Essa segunda pergunta deixa claro que Dudley apoia-se no modelo primatologista de “experi-

mento natural”, ou seja: primatas e, em especial, *Apes* (Chimpanzés, Bonobos, Gorilas, Orangotangos e Gibões) apresentam, atualmente, comportamentos sociais que, em larga medida, podem ser estendidos aos ancestrais humanos e que nós os herdamos por razões evolutivas.

Leveduras produzem o álcool a partir da fermentação de açúcares presentes nos frutos maduros. Moscas frutíferas descobriram há tempos que o odor do álcool é indicativo da presença de quantidades abundantes de calorias, tanto para si quanto para suas larvas. Não é por outra razão que essas moscas depositam seus ovos em frutos maduros em processo de fermentação. Mas o que dizer de aves e mamíferos, muitos dos quais se alimentam de frutos maduros para sobreviverem, pergunta-se Dudley? A hipótese do “macaco bêbado”, justifica Dudley, propõe que a atração humana pelo álcool deriva de uma poderosa capacidade humana de associar, sensorialmente, o álcool à recompensa nutricional. Segundo Dudley, primatas evoluíram como comedores de frutas em florestas tropicais, onde abundam leveduras e a fermentação é rápida por causa do clima quente e úmido. Fruta madura pode ser difícil de encontrar, mas o cheiro de álcool vai levá-los à fonte. E uma vez lá, o álcool pode estimular a alimentação, tal como acontece nos humanos modernos através do efeito aperitivo. E é melhor comer esses recursos rapidamente, antes que os outros possam chegar lá. Que mecanismo desvendaria, então,

essa relação? Dudley prossegue dizendo que os efeitos psicoativos do álcool fermentado a partir da polpa de frutas rica em açúcar podem ter evoluído no sentido de tornar famintos primatas mais eficientes em encontrar e consumir calorias escassas na floresta a partir da identificação do cheiro de álcool. E isto seria parte da nossa bagagem sensorial e comportamental ancestral mantida até os tempos atuais. Neste ponto do argumento, a analogia presumida no modelo do “experimento natural” revela-se sem qualquer nuance. Nós até obtemos benefícios para a saúde a partir de baixo nível de consumo de álcool em relação à abstenção ou níveis elevados de beber (Laranjeiras e Pinsky 1998). Efeitos similares, incrivelmente, estendem-se a moscas frutíferas, o que sugere adaptação genética para o álcool presente na dieta, revelando que as vias moleculares subjacentes à embriaguez seriam semelhantes entre humanos e moscas (Scholz, Franz & Heberlein 2005). Animais normalmente não ficam bêbados na natureza, notadamente porque as concentrações de álcool nos frutos são bastante reduzidas. Mesmo que nossos parentes vivos mais próximos, os chimpanzés, comam frutas maduras como mais de 90 por cento de sua dieta, seus estômagos enchem-se antes de consumirem álcool suficiente para ficarem bêbados. A situação pode se complicar, no entanto, quando há acesso a grandes quantidades de bebida alcoólica barata e de alta concentração. Existe enorme incompatibilidade entre o que nossos grandes ancestrais símios co-

meram e o que se pode produzir hoje em dia via agricultura, fermentação controlada e o relativamente recente processo de destilação para obter destilados fortes. Ao separar álcool líquido a partir de grãos ou frutas em fermentação, pela destilação, podem-se obter altos níveis de recompensa psicoativa enquanto se bebe, o que, não raro, resulta em consumo excessivo. Tal como acontece com as taxas de obesidade e *diabetes mellitus* que são alimentadas pelo acesso quase ilimitado, de hoje, a calorias baratas, o beber em excesso pode ser visto como uma doença de excesso nutricional associada ao nosso ambiente tecnológico moderno. Neste sentido, o alcoolismo pode informalmente ser pensado como uma ressaca evolutiva (*evolutionary hangover*). Essas questões são abordadas em sete capítulos, mais uma parte intitulada “Pós Escrito” e outra, bastante útil, “Fontes e Leituras Recomendadas”.

No capítulo primeiro são apresentadas as perguntas fundamentais que o livro procura responder: por que apreciamos bebidas alcoólicas? Por que a maioria bebe com moderação? Por que alguns ultrapassam sem dificuldades os limites da moderação? Do mesmo modo que é apresentado o quadro conceitual, teórico e metodológico que emoldura a busca por respostas a essas questões-chave.

O capítulo segundo aborda as origens das plantas que dão flores e frutos, e procura mostrar de que modo ao longo do tempo interações mutualísticas entre animais e as plantas por eles consumidas produziram, em ambos, maior diversidade morfo-fisiológica. As per-

guntas-chave do capítulo são: o que faz um fruto maduro e pronto para comer, e como podemos reconhecer o que constitui uma fruta passada, ou seja, muito madura? Em que circunstância, comemos uma fruta apodrecida? Para tratar dessas questões o capítulo discute os vários estágios do amadurecimento dos frutos de palmeiras no Panamá, começando com o verde, imaturo e intragável e, em seguida, avança para o maduro, demasiado maduro e podre.

O capítulo terceiro trata da dieta de ursos negros, primatas e outros mamíferos, e evidencia o quanto as frutas são rotineiras no cardápio desses animais. É justamente nesse capítulo que a hipótese do macaco bêbado é claramente apresentada: o álcool pode ser usado pelos animais que se alimentam de frutas, ou em cujas dietas as frutas têm presença importante, porque ele seria um indicador de longa distância da presença de açúcares. Dudley argumenta que a dieta dos primeiros ancestrais humanos diversificou ao longo de milhares de anos e começou a incluir um espectro maior de plantas e uma quantidade também crescente de proteína e gordura animais. A habilidade para cozer tubérculos e carne também desempenhou um papel importante no resultado da dieta. De todo modo, o advento da agricultura mudou significativamente o menu do jantar. A evolução cultural, em seguida, começou a exercer a influência predominante sobre o que comemos. Não obstante, assim como o consumo de carne, preferência por sal e uma variedade de outros hábitos alimentares, são fortemente influenciada por predisposições

genéticas. Atualmente, os efeitos dessa evidência são mais claramente observados nas chamadas doenças do excesso nutricional.

No capítulo quinto, como consequência do desenvolvimento agrícola e evolução cultural, são abordadas questões ligadas aos processos químicos da fermentação e os procedimentos intencionais do fabrico da cerveja e vinho, bem como a circunscrição do consumo em contextos socioculturais e os problemas médicos e sociais advindos do uso abusivo das bebidas. As resultantes médicas e sociais adversas derivam da dissonância entre os ambientes biológicos nos quais nos desenvolvemos e os ambientes socioculturais criados pela tecnologia humana nos quais vivemos. Obesidade é uma dessas doenças, assim como o alcoolismo.

O penúltimo capítulo, o sexto, interroga-se sobre uma questão cuja resposta ainda carece de data para chegar. Se a linha de chegada para quem bebe compulsivamente pode ser a morte do bebedor e de outrem, então por que algumas pessoas tornam-se irresistivelmente dependentes do álcool? Dudley tributa parte do problema aos genes. Por quê? Porque gêmeos univitelinos criados separadamente apresentam taxas similares de alcoolismo. Porque homens tendem muito mais do que as mulheres a serem clinicamente classificados como alcoólatras. Além disso, o amplo espectro de tratamentos, infrutíferos, para lidar com o alcoolismo, sem mencionar as divergências de opiniões acerca das origens e causas da síndrome, revela, indubitavelmente, que, além dos genes, circunstâncias sociais, cultu-

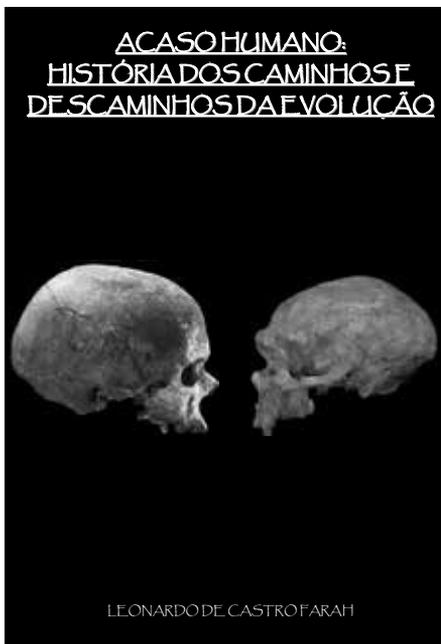
rais e psicológicas representam parte relevante do problema, não obstante, permaneçam pouco compreendidas. Dudley defende a sua abordagem afirmando que se o problema do alcoolismo for inserido numa perspectiva evolutiva que associa, sinergicamente, o consumo de álcool ao ganho calórico e à recompensa psicoativa, a questão torna-se mais clara. O que um dia serviu-nos bem na procura de frutos maduros nas florestas tropicais pode, atualmente, estar sendo “cooptado” pela disponibilidade sem limites de álcool. Curiosamente, uma assinatura evolutiva para esses fundamentos biológicos da adicção é evidenciada pelas diferenças genéticas entre os seres humanos atuais em suas diferentes habilidades para metabolizar o álcool e, correspondentemente, em suas tendências para beber em excesso ou com parcimônia.

O capítulo sétimo que encerra o volume critica a ausência da perspectiva evolutiva na literatura que trata do alcoolismo, bem como as abordagens essencialmente reducionistas utilizadas para lidar com as desordenes de adicção. Do mesmo modo critica a perspectiva denominada composto psicoativo – que presume a existência de caminhos neuronais pré-existentes que fundamentariam a adicção –, pela simples razão de que tais caminhos ainda precisam ser encontrados. Em síntese, o capítulo situa a hipótese do macaco bêbado num panorama mais amplo da medicina evolutiva para esclarecer o alcoolismo, além de sugerir possibilidades futuras de pesquisa acerca do uso abusivo e dependência do álcool.

REFERÊNCIAS

Laranjeiras, R e I. Pinsky. 1998. *Mitos e Realidades sobre Alcoolismo*. São Paulo: Contexto.

Scholz, H; M. Franz, U. Heberlein. 2005. The hangover gene defines a stress pathway required for ethanol tolerance development. *Nature* 436(7052): 845–847.



ACASO HUMANO: HISTÓRIA DOS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA EVOLUÇÃO, de Leonardo de Castro Farah. Salvador: Teixeira de Freitas, 2012. 151 p. ISBN: 978-85-906951-0-3

Santiago Wolnei Ferreira Guimarães

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém/PA. Bolsista Fapespa.

A evolução humana tem sido um tema bastante discutido em periódicos científicos internacionais e muito explorado em filmes e documentários. Porém, ainda é assunto pouco difundido no Brasil. A falta de profissionais especializados não é, contudo, um inibidor do desejo de alguns por este conhecimento, como é o caso do professor de ensino médio Leonardo de Castro Farah.

O título do seu livro, “Acaso humano: história dos caminhos e descaminhos da evolução,” projeta uma ideia geral sobre a casualidade presente no processo evolutivo. Tal qual ocorre com o ordenamento de alguns livros de temática semelhante, desde as primeiras páginas, o conteúdo da obra desdobra-se linearmente; as consequências disso serão discutidas mais adiante.

O livro organiza-se em três capítulos, cada um deles dividido em vários subitens. O primeiro capítulo introduz a discussão sobre o histórico dos estudos de Evolução Humana. O segundo, que aborda “os hominídeos”, é o maior deles e trata desde os potenciais ancestrais mais antigos *Ramapithecus*, *Ardipithecus ramidus*, *Orrorin tugenensis*, *Sebalanthropus tchadensis*, *Australopithecus sp*, até as espécies do gênero *Homo*, bem como o surgimento do Homem moderno (*Homo sapiens*). O terceiro capítulo traz as discussões sobre a chegada dos humanos ao continente americano, e, mais especificamente, dos primeiros ocupantes da área que hoje forma o território do Brasil, a partir dos achados arqueológicos desde o século XIX. O livro termina com uma série de entrevistas feitas por e-mail com profissionais internacionalmente

conhecidos no campo da paleoantropologia: doutores João Zilhão, Milford H. Wolpoff e Peter Brown.

Dentro da proposta de seu trabalho, o professor Farah tenta dar conta do amplo conhecimento da paleoantropologia internacional, principalmente do ponto de vista histórico, centralizando-se, porém, nos resultados referentes aos primeiros trabalhos ou descobridores dos fósseis, de modo que acaba por desconsiderar as discussões que contemplam estudos mais recentes. Perpassa, dessa forma, pelos debates epistemológicos e políticos ensejados no início da disciplina, a partir dos impactos da teoria evolucionista em Darwin e Huxley, mas não informa dados gerais sobre as descobertas ocorridas desde o final do século XX, como o *Kenyanthropus platyops*, o *Australopithecus garhi* ou o *Australopithecus sediba*, para citar alguns exemplos.

Farah busca tratar dos diversos gêneros de hominíneos, descrevendo características gerais sobre a anatomia dos fósseis, bem como comportamentos a eles associados. Parece optar, contudo, por determinados caminhos explicativos em detrimento de outros, sem que haja justificativas consistentes para tais opções. Ao citar o caso do *Homo floresiensis*, por exemplo, o texto centraliza-se na repercussão causada pela descoberta do fóssil apenas como um possível descendente de *Homo erectus*, não havendo nenhuma menção aos trabalhos que sugerem poder se tratar de uma anomalia, ou doença existente no espécime descrito (Martin et al. 2008; Vannucci et al. 2001; Baab, et al. 2013).

Pode-se constatar, também, o uso equívoco de determinados conceitos, os quais, além de confundirem o leitor, podem conduzi-lo a uma aprendizagem deficiente ou uma visão reducionista sobre o conhecimento científico atualmente disponível. O autor admite, por exemplo, haver evidências, na França, de que o *Homo erectus* teria empreendido uso do fogo (pg. 69). No entanto, não há qualquer evidência paleoantropológica ou arqueológica da existência desta espécie onde hoje se situa aquele país. O autor supõe, ainda, que a origem do *Homo habilis* ocorra necessariamente a partir do *Australopithecus afarensis* (p. 56), desconsiderando, com isso, as hipóteses que sugerem origens diferentes desta e que são concernentes com o *Australopithecus africanus* (Tobias 1991) e, mais recentemente, o *Australopithecus sediba* (Berger et al. 2010).

Em diversos pontos o texto é extremamente confuso, especialmente quando alguns comentários relacionados ao termo “hominídeo” são trabalhados. Nesse caso, o autor insiste na suposição de que as espécies de grandes macacos, como o chimpanzé, não seriam hominídeos (p. 39), baseado na premissa de que a bipedia é uma condição determinante para que um espécime venha a ser classificado como tal (p. 37), o que é contraditório ante a grande existência de espécies hominíneas não bípedes, a exemplo dos gorilas, chimpanzés e orangotangos. Na taxonomia zoológica, o termo “hominídeo” relaciona-se à grande família que contempla as sub-famílias Gorillinae, Ponginae e Homi-
ninae, sendo os gêneros *Orrorin*, *Ardi-*

pithecus, *Paranthropus*, *Pan* (chimpanzé) e *Homo* todos pertencentes a esta família. Sendo assim, não se pode acompanhar sem problemas o texto quando se lê, por exemplo, que o *Ardipithecus ramidus* não é um hominídeo devido a semelhanças existentes com o chimpanzé (p. 35), pois, ainda que fosse um chimpanzé, o referido fóssil não deixaria de ser um hominídeo.

Os problemas conceituais não se reduzem, contudo, à origem e evolução de linhagens hominídeas extintas. Abrangem, também, questões específicas, relativas ao *Homo sapiens*. Nesse âmbito, há um equívoco no livro ao indicar autores como Beltrão, Prous, Funari, Noelli e Guidon, como concordantes ao se pensar a “rota de migração dos primeiros americanos, realizada a partir da Beríngia” (p. 109). As publicações existentes desses autores exibem diversas e divergentes possibilidades explanatórias para o processo migratório ocorrido para as Américas, considerando-se, por exemplo, a possibilidade de entrada de populações africanas a partir do Caribe (Guidon 2007; Romero 2014), em oposição a teorias que propõem uma ocupação gradual através do Estreito de Bering, conforme discutido por diversos autores em Silva e Rodrigues-Carvalho (2006).

Conclusões reducionistas se dão, também, acerca da agricultura, uma vez que, segundo Farah, ela teria sido crucial para o surgimento da escrita e dos mitos (p. 121). Ora, não se considera, em nenhuma parte da obra, dados antropológicos que atestem a importância dos mitos nas sociedades caçadoras-coletoras, bem como a evolução

da escrita enquanto um processo de produção e reprodução simbólica mais complexo, que pode ter se dado, dentre outras formas, a partir da arte rupestre, antes do surgimento de grupos sedentários, teoria que foi cabalmente trabalhada por um dos investigadores mais citados em todo o livro, Leroi-Gourhan.

O livro, enfim, apresenta truncamentos sintático-semânticos, além de muitas sentenças subjetivas, de modo que estas destoam do formato de discurso vigente nos meios científicos. Dessa forma, frases como “Será que estes espécimes não sabiam fazer tais instrumentos achaulenses? É óbvio que sabiam, porém, por que foram encontrados tão poucos?” (p. 82), ou, “Diante das aventuras científicas em cruzar os oceanos a mensagem é clara: não duvide da capacidade dos povos antigos. Certamente não duvido que os Vikings tenham aportado na América do Norte, no início do século XI, pois há uma lista de evidências que colaboram com tal empreitada” (p. 110), são muito comuns em toda a obra, podendo prejudicar a neutralidade tipicamente esperada em textos científicos.

Ao final, tem-se a impressão de que as limitações da obra resultam de alguns fatores já bem conhecidos de quem deseja estudar sobre paleoantropologia no Brasil. O primeiro é a pouquíssima disponibilidade de material bibliográfico sobre o tema em nosso país. Embora em anos recentes, principalmente nas grandes capitais, este quadro esteja gradualmente melhorando, ainda é muito difícil se encontrar nas livrarias (ou mesmo na internet) materiais

atualizados sobre evolução humana em português. Isso faz com que muitos interessados sejam obrigados a se contentar em saber sobre as “novas” descobertas e o que se discutia sobre o assunto há 10 ou 20 anos, ou mais. Talvez o acesso a textos considerados atualmente conceitualmente ultrapassados tenha levado o autor a se ater a uma visão linear e superficial da história evolutiva humana, fato infelizmente muito comum, por exemplo, nos livros de história que abordam o tema. Outro fator é a falta de domínio dos interessados brasileiros sobre a língua inglesa, na qual se publica a vasta maioria dos novos estudos e achados. Sem o auxílio deste instrumento, nem mesmo o mais bem intencionado dos autores poderá produzir um texto que reflita adequadamente o estado da arte das investigações sobre esta fascinante e vasta área de conhecimento.

Apesar dos problemas indicados, o livro “Acaso humano: história dos caminhos e descaminhos da evolução” não deixa de ser uma publicação interessante, e uma sensível introdução ao tema, se lido com cautela, já que pode suscitar discussões acerca de paleoantropologia em meios como o ensino médio e no público em geral, onde tal debate é muitíssimo incipiente no Brasil. Se o livro simplesmente despertar o interesse dos leitores em buscar informações mais atualizadas em outras fontes, já terá cumprido um bom papel. Isto é importante, pois o conhecimento sobre a história evolutiva humana é fundamental para a compreensão de muitos fenômenos biológicos e culturais da sociedade contemporânea, e

há grave escassez de livros nacionais sobre o tema. Escassez que começa a ser preenchida com livros como este, e referências mais densas como “Assim caminhou a humanidade”, organizado por Walter Neves (2015), “Como nos tornamos humanos”, de Eugenia Cunha (2010) e o Povo de Luzia (2008). “Acaso humano: história dos caminhos e descaminhos da evolução” está disponível gratuitamente em: <http://paleoantro2.dominiotemporario.com/doc/acasohumano.pdf>

REFERÊNCIAS

- Baab, K.; K. McNulty e K. Harvati. 2013. *Homo floresiensis* contextualized: a geometric morphometric comparative analysis of fossil and pathological human samples. *PLoS ONE* 8(7): e69119.
- Berger, L.; D. Ruitter; S. Churchill; P. Schmid; K. Carlson; P. Dirks e J. Kibii. 2010. *Australopithecus sediba*: A new species of Homo-like Australopith from South Africa. *Science* 328 (5975): 195-204.
- Cunha, E. 2010. *Como nos tornamos humanos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guidon, N. 2007. Pedra Furada: uma revisão. *FUMDHAMENTOS VII*: 380-403.
- Martin, R.; A. Maclarnon; J. Phillips & W. Dobuns. 2006. Flores hominid: new species of microcephalic dwarf? *The Anatomical Record Part A*. 288A:1123-1145.
- Neves, W. 2008. *O povo de Luzia*. Rio de Janeiro: Globo.

Neves, W.; J. Rangel Junior & S. Murieta. 2015. *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena.

Romero, S. 2014. Discoveries challenge beliefs on Humans' Arrival in the Americas *The New York Times*, March 27, p.5.

Silva, H.P. e C. Rodrigues-Carvalho (Orgs.) 2006. *Nossa origem - O povoamento das Américas: Visões multidisciplinares*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent.

Vannucci, R., T. Barron, & R. Holloway. 2011. Craniometric ratios of microcephaly and LB1, *Homo floresiensis*, using MRI and endocasts. *PNAS* 108(34): 14043–14048

Tobias, P. 1991. The age at death of the Olduvai *Homo habilis* population and the dependence of demographic patterns on prevailing environmental conditions. *Studia Archeologica: Liber Amicorum Jacques A.E. Nenquin*. Editado por H. Thoes, J. Bourgeois, F. Vermeulen, P. Crombe, and K. Verlaeckt, pp. 57–65. Gent: Universiteit Gent.



BELO MONTE E A QUESTÃO INDÍGENA, organizado por João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn. Brasília/DF: ABA, 2014. 457 p.

Edimar Antonio Fernandes

Kaingang, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará. Bolsista CAPES.

O dossiê *Belo Monte e a questão indígena* é resultado dos esforços da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e revela a preocupação dos organizadores em instigar reflexões sobre “processos desenvolvimentistas”, em especial, sobre a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte e os impactos sobre povos indígenas na região do médio rio Xingu. Reúne textos de estu-

diosos, especialistas e indígenas, sendo os últimos os sujeitos diretamente afetados pelos acontecimentos. O documento fornece informações essenciais para que o leitor tenha dimensão da gravidade das violações geradas pelo empreendimento e como os povos da região mobilizam-se para combatê-las. O material conta com 18 textos escritos no período de construção da hidrelétrica e efervescência dos acontecimentos. O trabalho divide-se em três partes: a primeira apresenta uma *visão geral* do tema; a segunda contextualiza *Belo Monte e a questão indígena*, apresentando a realidade vivida pelos “indígenas citadinos”, pelos *Juruna* localizados na Terra Indígena *Paquiçamba* e no Km 17, pelos *Arara* do Laranjal e pelos *Xikrin* do *Bacajá*. A terceira e última parte, intitulada *Com a palavra os indígenas, é espaço destinado às narrativas dos indígenas que de alguma forma são afetados pela construção de Belo Monte*.

As políticas ambientais no Brasil, conquista de toda a sociedade, vem sendo frequentemente criticadas por diversos grupos que as consideram entraves para o “desenvolvimento nacional”. Em contraponto, Marcelo Montaña, no capítulo *Planejamento às avessas: descompassos da avaliação de impactos sociais no Brasil*, mostra as origens do que chamou de “planejamento às avessas”, no qual se prioriza um segmento específico da sociedade brasileira, em detrimento de outros. Neste modelo, a prevenção dos efeitos identificados nos estudos de impacto ambiental não tem lugar, pois as questões de ordem econômica prevalecem na implementação

de empreendimentos no país.

Com o objetivo de refletir acerca dos efeitos da implantação de Projetos de Grande Escala (PGE), Gustavo Lins Ribeiro, no texto intitulado: *Quanto maior melhor? Projetos de grande escala: uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos*, aborda três dimensões estruturais que caracterizam os PGE: (1) Gigantismo; (2) Isolamento; e (3) o caráter temporário do empreendimento. Geralmente, o gigantismo das obras é legitimado a partir de argumentos que, para além do aspecto econômico priorizado, fazem uso de ideologias da “redenção”, do “progresso” e do “pioneirismo”, nas quais supostamente o “bem estar” seria levado a todos. O *isolamento* é um fator determinante para o estabelecimento de um “território controlado”, reforçando, ainda mais, o poder exercido pela corporação. O autor mostra também que os PGE têm um período de tempo relativamente curto, tendo início e fim, este último marcado pela inauguração da obra.

O capítulo *Significados do direito à consulta: povos indígenas versus UHE Belo Monte*, escrito por Jane Felipe Beltrão, Assis da Costa Oliveira e Felício Pontes Junior, discute os aspectos das disputas jurídico-judiciais do direito à consulta, mostrando como o processo não observou direitos que estão garantidos. O texto procura refletir acerca da dinâmica e simbolismo do direito à consulta para os povos indígenas. Os autores fazem os apontamentos necessários para compreensão das violações de direitos nacionais e internacionais, reforçando o posicionamento de que o

Estado brasileiro tem negligenciado e deslegitimado instituições diversas. No cenário negativo, observa-se que a força empreendida para implementação de Belo Monte desconsiderou a legislação ambiental brasileira, mostrando o autoritarismo institucional, que na sequência Biviany Rojas ao tratar do *(Des)cumprimento das condicionantes socioambientais de Belo Monte* revela nos argumentos como as “condicionantes” foram manipuladas de forma excessiva na implementação de Belo Monte, pois as pressões sobre o Ibama para emissão da Licença Prévia (LP) aceleraram a emissão do documento sem que questões centrais relacionadas a impactos socioambientais fossem respondidas - os problemas identificados por analistas do órgão como “incertezas e dúvidas tornaram-se “condicionantes” (p. 107). No que se refere aos povos indígenas, as condicionantes indicadas pela FUNAI não foram cumpridas, da realização do leilão à emissão da LP.

Como observamos até aqui, as constantes violações causadas pela implantação de Belo Monte e as tentativas de efetivar os direitos indígenas garantidos constitucionalmente resultaram em ações judiciais; neste sentido, Jane Felipe Beltrão, Helena Palmquist e Paulo César Beltrão Rabelo selecionaram três documentos que, analisados - *Na luta pelos direitos indígenas: a ação do Ministério Público Federal em documentos selecionados* - discutem Consulta Prévia aos povos indígenas, protocolado em 2006 pelo MPF, o qual considera que tal direito foi desrespeitado, pois deveria ter sido realizada pelo Congresso Nacional antes do início das obras.

O segundo documento é a Ação Civil Pública (ACP) protocolada em 2011, que trata da concessão da Licença de Instalação pelo Ibama em flagrante descumprimento das condicionantes e dos problemas identificados por técnicos do órgão. O último documento selecionado é a ACP, ajuizada em 2011, que aponta os problemas da relação entre a Norte Energia, ribeirinhos e agricultores despejados de suas terras. Das ACPs, apenas uma foi a julgamento, mas os prejudicados perderam em duas instâncias. Os documentos selecionados permitem ao leitor perceber que os Direitos Humanos e o direito à vida constitucionalmente garantidos, não foram respeitados.

Discutindo as estruturas políticas e a forma como projetos de “desenvolvimento” estão sendo implantados em países da América Latina, o *Contexto institucional da resistência indígena a megaprojetos amazônicos*, escrito Willian H. Fisher, mostra que na América do Sul houve ampliação de direitos nos últimos 20 anos; no entanto esses direitos tem sofrido sérias ameaças por novas formas de “colonização”. O autor observa como o meio rural tem servido como fonte de abastecimento dos grandes centros urbanos, processo “necessário” ao “desenvolvimento nacional” e, com este entendimento, os povos que vivem nessas áreas são considerados “empecilhos” à implantação de grandes projetos. Ao identificar os grupos atingidos, como “entraves”, as dificuldades de obter apoio e estabelecer e criação de redes de apoio político e econômico torna-se, segundo Fisher, “um desafio descomunal” e argumen-

ta que protestos contra Belo Monte só serão eficazes se tiverem a capacidade de modificar os cálculos políticos do governo e econômicos das empresas.

Alfredo Wagner Berno de Almeida e Rosa Elizabeth Acevedo Marin no texto *Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do Xingu: resolução não negociada dos conflitos na Usina Hidrelétrica de Belo Monte* refletem acerca dos impactos de grandes projetos de desenvolvimento sobre grupos e povos recobertos pelo conceito de “camponês”. Destacam como Belo Monte interfere significativamente na vida de povos que vivem naquela região, desrespeitando os “tempos de produzir” e os espaços, gerando insatisfações e produzindo diversas mobilizações que reúnem categorias identitárias diferentes, entendidas como “unidades de mobilização”. Apontam para a não consideração de unidades sociais que vivem em regiões que não serão alagadas, mas por certo serão afetadas pelos impactos, informando aos leitores que estes grupos foram excluídos de negociações e compensações.

Profanação hidrelétrica de Btyre/Xingu: fios condutores e armadilhas (até setembro de 2012), escrito por A. Oswaldo Sevá Filho apresenta como os fios condutores de investimentos de grande porte são de acumulação capitalista, nos quais enredos “neodesenvolvimentistas” são pensados e armadilhas são montadas. O autor analisa a transformação dos rios da Amazônia em fontes de energia e lucro, considerados “jazidas” a partir da lógica da engenharia elétrica. “Jazidas” espalhadas pelo Brasil, disputadas por inúmeras empresas nacionais e

multinacionais exploradoras. Na região do rio Xingu, a mobilização indígena conseguiu frear a construção da Usina Kararaô por uma década, ressurgindo das cinzas como Belo Monte que, apesar de muitos problemas técnicos, persiste em continuar. A “coisa”, como se refere o autor, foi inventada na época da ditadura, imaginou-se que estava morta, mas como um trator continua esmagando e destruindo tudo por onde passa.

No trabalho *Índios Citadinos em Altamira: lutas, conquistas e dilemas*, Maria Pascuet e Mariana Favero discorrem acerca dos indígenas que vivem em grandes contingentes em cidades indianizadas, argumentando que pouco se discute sobre sua exclusão das políticas públicas diferenciadas. O estabelecimento de indígenas na zona urbana implica na criação de associações na tentativa de buscar reconhecimento étnico e garantia de direitos. Em resposta à organização do movimento indígena de Altamira e o protagonismo dos indígenas na cidade por direitos, em 2010 foi instituída pela FUNAI/Brasília a Coordenação Técnica Local dos Índios Citadinos e Ribeirinhos de Altamira. O trabalho é importante por apresentar dados relativos aos indígenas que vivem em Altamira e, ao mesmo tempo, pode oferecer subsídios para as lutas empreendidas por eles.

Reflexões acerca da vida sociocultural dos Arara da Volta Grande do Xingu frente ao megaempreendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Altamira/PA de Marlinda Melo Patrício apresenta a situação dos Arara que vivem na Volta Grande do Xingu. O trabalho empreendido pela

autora constatou as mudanças que vem acontecendo nas condições sociais, política, econômica e cultural dos Arara após o início da implantação de Belo Monte. A situação dos Arara é emblemática, pois a demarcação do território é uma das condicionantes que deveriam ser cumpridas antes da obra começar; o povo está cercado por não indígenas e sofre pressões constantes. Para os Arara, o Xingu é fonte de vida e quaisquer alterações podem comprometer sua sobrevivência, portanto, para a autora, a mitigação e compensação pelos impactos é imprescindível.

Os Juruna no contexto da Usina Hidrelétrica Belo Monte, escrito por Maria Elisa Guedes Vieira, apresenta duas realidades específicas, a dos Juruna da Volta Grande do Xingu e dos que estão localizados no Km 17 da rodovia PA-415. O trabalho apresenta as preocupações dos Juruna com a implantação da obra e o fato das duas comunidades terem se mostrado contrárias ao projeto, o que fez com que as lutas empreendidas gerassem uma relação mais estreita entre elas. Os Juruna sabem que os impactos sobre suas comunidades não serão apenas os que estão sendo mencionados nos levantamentos feitos, desconfiam que Belo Monte será apenas a primeira dos muitos problemas que virão, portanto, se preparam para lutar.

O fim do mundo como conhecemos: os Xikrin do Bacajá e a barragem de Belo Monte de Clarice Cohn apresenta a realidade vivida pelos Xikrin do Bacajá. A autora ressalta algumas contradições vividas por eles e as dificuldades que enfrentam para a tomada de decisão sobre aspectos relacionados ao empreendi-

mento, sendo obrigados a lidar com diversos agentes sociais envolvidos no processo. A autora mostra como nesse contexto de incertezas muitas dúvidas surgem em face dos desencontros de informações e pela multiplicidade de agentes envolvidos, que tornam a situação mais confusa. As necessidades do povo são muitas; a espera pelo Estado para garantia de direitos é frustrada pela ineficiência e pela demora. Portanto, para os Xikrin, em um contexto em que as funções do Estado e do empreendedor estão “borradas” (confundidas), os funcionários da Norte Energia são os que se mostram mais acessíveis, respondendo a diversas solicitações. Os Xikrin querem ter seus direitos garantidos; não levantar a bandeira contra o empreendimento não significa que concordam integralmente com o que está sendo feito, razão porque aprenderam a estabelecer novas relações e buscam outras formas de luta.

A última seção do livro foi reservada a representantes dos povos indígenas. Abrindo a discussão, Clarice Cohn faz uma breve exposição, mostrando que os textos tiveram origem em decorrência do descaso com os povos indígenas que vivem naquela região e as indefinições sobre seu futuro próximo. Textos, entrevistas e “desabafos” ilustram como é o cotidiano vivido por aquelas comunidades que convivem com a incerteza, a desinformação, a violação de direitos, e o descumprimento de acordos, entre muitos outros problemas. José Carlos Arara, liderança dos Arara da Volta Grande do Xingu, relata que a demarcação do território onde vive ainda não foi realizada, indica que as

dificuldades antes do empreendimento eram “normais”, mas hoje convivem com a incerteza sobre o futuro. Sheyla *Juruna*, liderança da Terra Indígena do Km 17, nos mostra como o governo viola os Direitos Humanos em “processo devastador e ditador” (p. 313), destruindo povos indígenas, transformando comunidades em dependentes, marginalizadas; apesar de tudo, têm esperança de que a realidade mude e clama por socorro, ao mesmo tempo em que luta para que a comunidade tenha um futuro melhor. Ozimar *Juruna*, liderança da Terra indígena *Paquiçamba*, faz coro com seus parentes e tem dúvidas sobre o futuro de seu povo; em tom de dúvida ressalta: “não sei por que o governo faz lei, porque nem ele próprio respeita as leis dele!” (p. 321). *Ngre-nbdjan Xikrin* reclama do pouco tempo que tiveram para entender o empreendimento e sugere a tradução de todos os materiais referentes à obra para a língua dos povos afetados como a primeira condicionante a ser cumprida.

Os depoimentos das lideranças comprovam o que a discussão realizada pelos muitos autores do dossiê mostra: que Belo Monte está sendo construída em completo desrespeito ao outro e ao meio ambiente. Para os povos indígenas, tais violações ameaçam suas existências, pois as alterações no ambiente podem gerar sérias consequências aos povos que vivem em seu entorno. Na carta elaborada pelas lideranças *Xikrin* a relação com o rio Xingu é evidente quando, em tom de ordem, exigem que o rio Xingu seja deixado em paz: “deixem o rio correr pelo seu leito, assim nós podemos continuar pescando os

peixes, e nós podemos ir com nossos barcos ao mato caçar, nós podemos viajar com nosso barcos, para as caças continuarem vivas no mato para a gente ir buscar” (p. 327). Para os povos indígenas da região, o que resta é lutar para continuar existindo, mas a luta solitária pode não ter êxito; por isso, contam com parceiros indígenas e não indígenas nessa empreitada, em alianças muitas vezes inusitadas, pois o caminho é longo, tortuoso e cheio de obstáculos.



AU FONDEMENT DES SOCIÉTÉS HUMAINES. CE QUE NOUS APPREND L'ANTHROPOLOGIE, de Maurice Godelier. Paris: Flammarion, 2010. 330p.

Marina de Castro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPA

Muito se tem discutido, no campo das ciências humanas e sociais, sobre os fundamentos da sociedade humana; no entanto, muito pouco se tem conseguido avançar, permanecendo quase indenes os grandes paradigmas que conformaram e sustentaram as ciências sociais, em especial a Antropologia, no que tange ao surgimento dessas sociedades.

No livro *Au fondement des sociétés humaines. Ce que nous apprend l'anthropologie*, Godelier faz uma reflexão sobre o processo de desconstrução no campo das ciências sociais, de maneira particular da Antropologia, depois dos anos 1960. O autor faz um apanhado histórico da construção da disciplina assim como de suas premissas, observando a importância da desconstrução para uma reconstrução contínua e sistemática em benefício do conhecimento.

Em sua reflexão, Godelier confere particular atenção à crise e às críticas do fazer antropológico procedente da reflexão de autores como George E. Marcus, Paul Rabinow, Stephen Tyler e daqueles que, principalmente, constituíram o Seminário de Santa Fé, tendo por principal resultado o livro *Cultural Writing*, (Clifford & Marcus 1986). Da mesma forma afere atenção aos trabalhos de Raymond Firth sobre os *Tikopia* (1967), de Edward Evans-Pritchard sobre os *Nuer* (1969) e dos trabalhos de Edmund Leach sobre os *Kachin* (1973), para mostrar a dinâmica das sociedades e de como a ciência deve refletir sobre essa dinâmica.

O autor propõe, tanto a partir de suas experiências de campo como das ex-

periências dos pesquisadores citados acima, apreender e entender quais as relações humanas, quais instituições e quais práticas sociais tiveram e ainda têm a capacidade de engendrar sociedade.

O livro está dividido em seis capítulos, além da introdução e da conclusão. A introdução é o arcabouço do livro. Nela podemos observar a ênfase dada por Godelier à importância da desconstrução das ciências sociais, e em particular da Antropologia, para que a ciência possa ganhar em vigor e em rigor. Essa desconstrução, para o autor, leva a uma melhor reconstrução da Antropologia que, em seus fundamentos, ensaia captar os fundamentos das sociedades humanas através das formas do estar junto; pois estas formas não são fixas e nem determinadas, mas estão em contínuas transformações. A Antropologia deve registrar e, mesmo, estar dentro desse movimento contínuo que caracteriza as sociedades. Para o autor, a legitimidade do fazer antropológico está em captar, em perceber as mudanças que ocorrem sistematicamente no social. Sua construção e desconstrução sistemáticas devem ser reflexos, no campo da ciência, da mudança e/ou do deslocamento social, legitimando assim a pesquisa.

O paradigma sobre o qual estão assentadas as reflexões de Godelier baseia-se na crença de que “*não existe essência eterna de um povo ou de um grupo humano, pois a identidade de um grupo é sempre o produto de uma história particular, uma “construção” histórica; ela é sempre plural, aberta*

*a empréstimos possíveis*¹ (p. 25).

Dando continuidade ao seu processo de desconstrução dos paradigmas que conformaram e sustentaram a Antropologia enquanto ciência, Godelier anuncia a morte de algumas de suas verdades fundadoras, dentre as quais: (1) As sociedades são fundadas na troca, seja de bens ou pessoas, sob a forma de mercadorias ou dom e contradom; (2) As relações de parentesco e a família estão no fundamento da sociedade; (3) Homem e mulher produzem criança através da união sexual; (4) As relações econômicas constituem a base material e social das sociedades; (5) O simbólico sempre prevalece sobre o imaginário e o real (p. 39).

No capítulo primeiro, *Des choses que l'on donne, des choses que l'on vend et de celles qu'il ne faut ni vendre ni donner, mais garder pour les transmettre* (Das coisas que se dá, das coisas que se vende e daquelas que não se dá e nem se vende), o autor observa, através das práticas do *kula* e do *potlatch*, que existem os objetos que não podem nem ser vendidos e nem trocados, os objetos inalienáveis. A partir de sua percepção dessas práticas o autor afirma que não é a troca que funda a sociedade, mas a combinação que se estabelece entre as três bases e os três princípios, dentre os quais a troca está presente, mas não é o elemen-

to fundador; “É necessário dar certas coisas, é necessário vender ou trocar outras, e é necessário sempre guardar outras”² (p. 99), ou seja, a combinação que se estabelece entre aquilo que pode ser vendido - portanto separado para sempre da coisa trocada - daquilo que pode ser dado. A coisa dada leva sempre algo do doador e daquilo que deve ser guardado, que não pode entrar na relação de troca, e que deve ser transmitido, pois, segundo o autor, “*nesta união se afirma uma identidade histórica que é necessário transmitir*”³ (p. 99). Portanto, vender, dar e conservar para transmitir são atos que alteram a percepção social da coisa-objeto, tornando-o, ao mesmo tempo, alienável e inalienável, dependendo do contexto no qual ela se encontra e das referências sociais aportadas a ele.

No capítulo segundo, *Nulle société n'a jamais été fondée sur la famille ou sur la parenté* (Nenhuma sociedade jamais foi fundada sobre a família ou sobre o parentesco), o autor demonstra, através de sua pesquisa feita junto aos Baruya, como uma sociedade é engendrada e quais elementos compõe esse processo. A língua e a cultura são elementos que contribuem para o amoldamento da sociedade que está em conformação, mas o elemento fundamental é a relação que o grupo estabelece com o território: “*que, somando à língua e aos*

¹ “N'existe pas d'essence “éternelle” de tel peuple ou de tel groupe humain, que l'identité d'un groupe est toujours le produit d'une histoire particulière, une « construction » historique, qu'elle est toujours plurielle, ouverte sur des emprunts possible» (p. 25)

² “Il faut donner certaines choses, il faut en vendre ou en troquer d'autres, et il faut toujours en garder certaines” (p. 99)

³ “Dans cette union s'affirme une identité historique qu'il faut transmettre” (p. 99)

*princípios comuns de organização da vida social, transformou os laços entre um certo número de grupos de parentesco em outra coisa: um todo social que os engloba e os depassa*⁴ (p. 107)

Partindo, ainda, dos mesmos exemplos, o autor constrói o raciocínio de que são as relações político-religiosas que engendram os domínios da vida social, e não, como comumente coloca a Antropologia - conformando mesmo um de seus principais paradigmas -, as relações de parentesco e/ou econômicas.

Para o autor, essas relações político-religiosas são engendradas por componentes da ordem do imaginário que, para Godelier, têm o primado sobre as simbólicas⁵. No entanto, convém observar que, para o autor, é o simbólico que concretiza o imaginário e possibilita que ele seja partilhado. É o simbólico que transforma o imaginário em relação social real, pois é ele que, repetido, dá concretude ao imaginário. Portanto, esse resultado, da relação entre imaginário e simbólico⁶, não concerne

apenas ao simbólico, mas, sobretudo, à relação que se estabelece entre imaginário e simbólico na construção da relação social.

No terceiro capítulo do livro, *Il faut toujours plus qu'un homme et une femme pour faire un enfant* (É necessário mais do que um homem e uma mulher para se fazer uma criança), o autor tem como objetivo explorar as representações sociais feitas para se fazer uma criança, extrapolando o senso comum e evidenciando que, para tal feitura, um homem e uma mulher não são suficientes. O autor revela como essa fabricação de um ser social - a criança - não é simplesmente fruto de uma relação sexual, mas de uma construção imaginária e social, onde há um componente sobrenatural - deuses e/ou ancestrais - que, geralmente, é mais potente que os humanos. Ou seja, tanto o processo de fabricação quanto a própria criança, fazem parte do contexto cósmico, e social, que supera a esfera do parentesco (p. 152).

No quarto capítulo, *La sexualité humaine est fondamentalement a-social*, Godelier observa como a sexualidade, o sexo e o corpo, assim como o desejo e a reprodução, são colocados a serviço da reprodução social, ou melhor, da ordem social, que se concretiza através das alianças sistematicamente estabelecidas das práticas culturais que são, concomitantemente, causas e consequências simbólicas da relação entre o imaginário, as representações, o real e o simbólico. Conclui Godelier que aquilo que os indivíduos se esforçam em reproduzir não é sua própria espécie, mas sim suas crenças, seus valores, sua ordem

⁴ «Qui, s'ajoutant à la langue et aux principes communes d'organisation de la vie sociale, a transformé les liens entre un certain nombre de groupes de parenté en autre chose: un tout social qui les englobe et les dépasse » (p. 107)

⁵ A concepção de Godelier sobre a relação de imaginário e simbólico é clara. Segundo o próprio autor, diferentemente do pensamento de Levi-Strauss, é o imaginário que detém a primazia sobre o simbólico.

⁶ Essa relação é mais bem discutida no livro *L'idéal et le matériel* (2010) do mesmo autor.

e, finalmente, sua reprodução e manutenção social.

O quinto capítulo, *Comment un individu se constitue en sujet social*, e o sexto, *Comment des groupes humains se constituent en société*, tratam da constituição do sujeito social e da sociedade, respectivamente. Godelier observa o papel das relações sociais para o engendramento do social, seja do ser social, seja da sociedade em si. Seu raciocínio trabalha no sentido de mostrar como a sexualidade, as relações de parentesco, de poder e mesmo as econômicas estão, de certa maneira, a serviço das relações político-religiosas que engendram o social. Toda a base de seu raciocínio está assentada em exemplos de como as relações político-religiosas engendraram a formação do Egito Antigo, do Estado de Israel, dos Baruya, dos antigos Romanos, dentre outros exemplos apontados no texto.

Godelier conclui que o papel fundador das relações político-religiosas na institucionalização da sociedade subordina as demais relações presentes na sociedade, assim como subordina a sexualidade, o uso do corpo, e, ainda evidencia o papel do imaginário e das práticas simbólicas na construção e na reprodução do social.

A importância da leitura deste livro se deve ao fato do autor desconstruir os alicerces de uma Antropologia rígida, pragmática e sem aberturas, caminhando em direção a uma Antropologia da desconstrução. Desconstrução de um arcabouço antropológico que forçou e engessou, e ainda engessa, o pensamento antropológico, e que não dá

conta da experiência humana e de sua diversidade. A partir desse referencial, Godelier propõe, para além da desconstrução desses paradigmas, as possibilidades de múltiplas construções e reconstruções a partir da experiência antropológica, seja de caráter epistemológico, seja de caráter deontológico (p. 66). Acreditamos, guiados pelo pensamento de Godelier, que o olhar antropológico se impõe ao antropólogo através da suspensão dos julgamentos, da descentralização em relação à representação do outro e de si próprio, e da inoculação dos valores exaltados pela sua própria sociedade.

REFERENCIAS

- Bounoure, G. 2008. Au fondement des sociétés humaines. Ce que nous apprend l'anthropologie de Maurice Godelier. *Le Journal de la Société des Océanistes* [En ligne], 126-127 | Année 2008, mis en ligne le 01 décembre 2008, consulté le 24 février 2015. URL : <http://jso.revues.org/2062>.
- Clifford, J. C.; G. E. Marcus (org). 1986. *Cultural Writing*. Berkeley: University of California Press.
- Evans-Pritchard, E. E. 1969. *The Nuer: a description of the modes of livelihood and political institutions of a Nilotic people*. Oxford: Oxford University Press.
- Firth, R. 1937. *We, the Tikopia*. New York: American Book Company.
- _____. 1967. *The Work of the Gods in Tikopia*. Londres: The Athlone Press.
- _____. 1970. *Rank and Religion and Belief in Tikopia*. Londres: George Allen

and Unwin.

Godelier, M. 2010. *Au fondement des sociétés humaines. Ce que nous apprend l'anthropologie*. Paris, Flammarion – Champs-essais.

_____. 2010. *L'idéal et le matériel. Pensée, économies et sociétés*. Paris, Ed. De Poche – Flammarion Ed. de Poche.

_____. 2010. *Communauté, Société, Culture. Trois clés pour comprendre les identités en conflits*. Paris, CNRS Éditions, 2009

_____. 2015. A l'origine des sociétés. Paroles de Chercheurs. fr, ADS 2010-12, in *Conférences ouvertes à tous*, <https://www.youtube.com/watch?v=3J31Fqkz8cc> e <http://msh-m.tv/spip.php?article236>, Centre Rabelais, Montpellier, 24 março 2010; assistidos em 03 de março de 2015.

LEACH, E. R. 1973. *Political Systems of Highland Burma*. Londres, Berg publishers.

MARCUS, G. E. 1991. Problemas de la etnografía contemporánea en el mundo moderno in *CLIFFORD J., MARCUS G. Retóricas de la Antropología*. Barcelona, Ed. Júcar.

_____. 1991. La escritura etnográfica y la carrera antropológica in *CLIFFORD J., MARCUS G. Retóricas de la Antropología*. Barcelona, Ed. Júcar.

RABINOW, Paul. 1991. Las representaciones son hechos sociales: Modernidad y postmodernidad en la antropología in *CLIFFORD J., MARCUS G. Retóricas de la Antropología*. Barcelona, Ed. Júcar.

TYLER, S. 1991. *Etnografía postmoderna: Desde el documento de lo oculto*

to al oculto documento in *CLIFFORD J., MARCUS G. Retóricas de la Antropología*. Barcelona, Ed. Júcar.



FRENTES DE EXPANSÃO E ESTRUTURA AGRÁRIA: ESTUDO DO PROCESSO DE PENETRAÇÃO NUMA ÁREA DA TRANSAMAZÔNICA, de Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. 2ª edição. 172 p.

Daniel Sombra

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense

Esta obra do início dos anos 1970 retrata a dinâmica das frentes de expansão em uma área de fronteira do capitalismo. Seu autor é um renomado antropólogo que se destacou estudando a Amazônia, sendo esse livro uma de suas principais obras. Neste texto

o autor analisa a dinâmica produtiva envolvendo a região de Marabá; uma de suas principais contribuições neste debate é propor o Ciclo da Castanha como continuação ou subperíodo dentro do período maior do Ciclo da Borracha. O autor considera que as estruturas produtivas e as relações sociais não sofreram metamorfoses na transição de um ciclo a outro, já que a estrutura deixada pela Borracha foi apenas transferida para a Castanha. Seria esta a razão de afirmá-la como um subperíodo dentro de um período maior, ainda que em seu limiar, já que então se avizinhava outro período a partir do corte representado pela abertura das rodovias.

O capítulo 7 – A frente agrícola – detalha alguns elementos que atuaram como pré-condições da instalação de novas frentes, rechaçando a ideia de que a gênese absoluta do processo se deu com a construção das grandes rodovias. O determinismo econômico em sua forma banal também é rechaçado, na medida em que, embora o desenvolvimento das forças produtivas naquele contexto tenha se dado dentro de um modo determinado de articulação entre o político e o econômico, o qual não era caracterizado, diz o autor, pelo puro espontaneísmo econômico, a iniciativa política seguidamente comandou o processo.

Ao iniciar a descrição das frentes propriamente ditas, mencionando as duas pontas do que viria ser a futura Rodovia Belém–Brasília, o autor se coloca contrário à ideia corrente de espaços vazios na Amazônia e no Brasil Central. Apesar de possuir grande esponta-

neidade, o movimento, pensa o autor, já contava com ação governamental (a partir do Estado Novo, sobretudo), sendo inclusive possível falar em Marcha para o Oeste. No Centro-Oeste, onde seria construída a nova capital, a pecuária extensiva já avançava a passos largos, enquanto que na outra ponta da rodovia, a paraense, havia um novo salto econômico pós-borracha com o cultivo da juta, da malva, e da pimenta do reino, cuja força de trabalho de destaque era oriunda da imigração japonesa, sobretudo no município de Tomé-Açu.

Explanando acerca da região do futuro município de São Domingos do Araguaia, que no tempo que o autor escrevia era apenas uma localidade do município de São João do Araguaia, este mesmo recém-emancipado de Marabá, o autor buscará descrever os componentes de cada umas das frentes que integravam a Frente Agrícola que se inseria naquele território. Dois avanços são notórios em sua interpretação: a) o avanço no Maranhão; b) o avanço no Itacaiúnas.

No primeiro caso cabe destacar que, após 1930, a colonização efetiva do Maranhão substituiu os seringais como principal destino da migração nordestina; leia-se de migrantes oriundos do Ceará, principalmente, mas também do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, ainda que os migrantes deste último quando chegam à região ocupem geralmente outro peso em virtude da classe migrante. Foram três as principais frentes migratórias vinda do Maranhão, compostas por migrantes ou oriundos ou descendentes de nordestinos que, ao adentrarem no

Pará, ficaram conhecidos como “maranhenses”: 1) Partindo de Caxias → Codó (1920) → Pedreira (1940) → Bacabal (1950) → Santa Inês (1957) → Bom Jardim (1959) → Chapéu de Couro (1960) → Alto Turiaçu (1961); 2) partindo de Floriano → Oeste → Pastos Bons → São Raimundo de Mangabeiras → Riachão → Carolina; 3) Partindo de Caxias → Barra do Corda → Carolina – Imperatriz.

Com relação ao avanço no Itacaiúnas, o autor lembra que muitos camponeses já realizavam uma migração sazonal à época da safra da castanha e retornavam posteriormente ao Maranhão, particularmente na região polarizada por Imperatriz. Paulatinamente, mesmo antes do aumento da pressão populacional em Imperatriz, os camponeses foram se concentrando cada vez mais à jusante do Tocantins, na direção do Itacaiúnas. Esses camponeses, no entendimento do autor, eram caracterizados como o clássico “camponês marginal” de Oberg.

A chegada desses migrantes, com seus novos gêneros de vida, implicava em novas formas de ocupação e uso da terra na Amazônia. A dinâmica polisêmica dos rios – plantar, caçar, pescar etc. – foi sucessivamente substituída pela dinâmica da agricultura de terra firme. Antes da implantação física das grandes rodovias que viriam a intensificar este processo, a própria territorialização desses agentes sociais na região implicava em uma paulatina alteração do espaço, então setorizado em Beira e Centro. A Beira era a margem e a várzea do rio, onde classicamente estiveram os aglomerados de pessoas e, logo,

os aglomerados políticos, econômicos e culturais das cidades na Amazônia, sendo que o Centro eram os núcleos de ocupação mais distante, e, portanto, “menos civilizados”.

Os migrantes “maranhenses” com suas roças por abrir viriam cada vez mais a povoar o Centro e preenchê-lo de novos significados, que acabariam por torná-lo tão ou mais dinâmico que a Beira. Tal é o caso de São Domingos das Latas, fundado por um migrante piauiense. Este núcleo, localizado a 18 km do núcleo de Apinagés se tornaria um centro dinâmico, e mais, tarde, já com o nome de São Domingos do Araguaia, rivalizava com a sede do Município a que pertencia (São João do Araguaia). O autor já via ali a possibilidade de emancipação da localidade dinâmica, o que de fato viria a ocorrer depois da publicação da obra.

Em suma, o autor mostra que enquanto a migração de pequenos agricultores foi favorável à frente agrícola comandada pelo grande capital, foi apoiada pelo Estado, inclusive através de seu aparelho jurídico. Houve um curto período em que a regularização dos títulos de terra não exigia mais que a prova da ocupação produtiva da terra. Deu-se a titulação provisória dos lotes dos camponeses, em sua maioria, maranhenses. Entrementes, uma vez esgotada a “fase mais bruta” da expansão, quando o “solo já estava mais amansado” chegou a segunda onda de migração, constituída por agricultores de porte mais elevado, que na região em questão foi composta de baianos.

Neste momento, o Governo do Pará,

através do ITERPA, torna bastante complexa e onerosa a burocracia para a titulação de terras, prejudicando o pequeno produtor. Quem não se rebelou de alguma forma, senão foi assassinado ou expulso, terminou por servir de mão de obra para os novos “donos da terra”. Não se tratou, ao que o autor mostra, de um processo de assalariamento rural, mas de um processo de submissão camponesa à lógica capitalista. A exploração da mão de obra foi familiar durante um longo período de tempo, e desse modo, foram construídos vários ramais e travessões ligando as localidades na região de Marabá, bem como nesses moldes foram produzidas várias matérias-primas com destaque para o arroz. Em certo momento de seu texto, o autor mostra o quão brutal foi a exploração do sobretabalho camponês nesta produção.

A tese central que permeia toda a obra é esta: as grandes alterações se processaram primeiramente a partir de pequenas mudanças, modificando o regime anterior da Castanha-Borracha. A territorialização por nódulos e novas frentes, sem parecer ter fim ao longo das gerações, na realidade, é a continuação do processo iniciado ainda na Zona da Mata nordestina. De certo modo, a colonização (por terras) da Amazônia é corolário das frentes de expansão no Nordeste iniciadas ainda no Brasil Colônia. O autor nos mostra isto claramente quando utiliza a base de outros autores sobre o Nordeste (como Manuel Correia de Andrade) para materializar sua abordagem histórica.

A agricultura foi logo substituída pela

pecuária extensiva, que, assim como no Nordeste, algumas dezenas de anos antes, foi “expulsa” da convivência junto às roças, pelo fato de bois e porcos adentrarem nas lavouras. No caso da região em análise, a implantação da Transamazônica vem a acelerar o processo de expansão, que é um processo de “interiorização” da colonização. Seus maiores efeitos são a mudança no eixo dos transportes, e a completa transformação econômica da região. O camponês marginal não tem mais vez e o que há cada vez mais é o camponês capitalizado, e, talvez, por isso mesmo, mais explorado.

O Estado está presente em todas as etapas do processo, ainda quando teoricamente ausente. As forças do capitalismo também não agem de forma harmônica, uma vez que há frações de classe a quem interessa a reprodução do capitalismo agrário sobre os moldes da exploração camponesa, mas também há outras frações a quem isto não interessa. Daí o Estado parecer estar em eterna contradição, ora fortalecendo ora enfraquecendo os camponeses.

Contudo, a nosso ver, apesar do comprometimento do autor com uma escola teórica que pregava a necessidade de enxergar a reprodução capitalista no campo através da superexploração do campesinato, o que ao nível teórico corresponde a falar de conversão da renda fundiária em capital, o autor ainda enxerga o avanço do capitalismo como um etapismo (agricultura marginal de subsistência → estradas → pequena produção mercantil → pecuária intensiva e grande exploração mineral) o que impede de ir além da descrição

do processo, o que não invalida a empreitada da obra.

A grande contribuição do seu estudo do processo de penetração [do capitalismo] é alargar o significado das Frentes de Expansão para além do mero fator econômico ou setorial, até porque na Amazônia a política teria determinado, a seu ver, a economia. O olhar do antropólogo aqui lhe valeu muito para enxergar além de atividades econômicas, também modos de vida e níveis de mundo se entrecrocando na expansão continuada do capitalismo rumo ao Oeste. O que está em jogo aqui, ainda que não apareça a palavra, é o conceito de fronteira.

Justamente pela análise de Velho ir além da descrição da ocupação primeira da agricultura, posteriormente da pecuária, secundariamente, e que, no entanto, projeta-se sempre além da primeira, interiorizando a ocupação, mas enxergar também a política e a sociedade sendo moldada às impressões desta, é que o sociólogo paulista José de Souza Martins asseverava mais tarde que para a construção do conceito de fronteira, era mais viável a análise das frentes de expansão de Guilherme Velho do que as frentes pioneiras do geógrafo Pierre Monbeig. Não obstante a limitação que apontamos acima, cremos que a obra de Guilherme Velho foi de fundamental importância para os entendimentos posteriores a respeito da Amazônia, inclusive de José de Souza Martins, que seria a base de uma frutífera escola de Geografia Agrária a partir da Universidade de São Paulo, liderada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Contudo, parece-nos que o momento exige uma releitura da realidade amazônica, o que impõe uma reinterpretação da dialética lento-rápido. A Amazônia que o capital encontrou nunca foi um espaço vazio e, radicalizando a própria abordagem de Velho, poderíamos pensar que ideia de “região atrasada” é uma vitória da própria ideologia do Capital. Afinal de contas, conquanto foi interessante, a riqueza escoou sobre as costas do trabalho amazônica na Borracha e na Castanha mundo afora. Este é o limite deixado pela obra a ser superado: não há um único caminho a ser seguido pelo capitalismo.